

**ACTA NÚMERO VINTE E DOIS**  
**ASSEMBLEIA GERAL da Comissão Nacional Portuguesa**  
**do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS-Portugal)**

No dia dezassete de Março de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu, em segunda convocatória, presencial no ISCTE-IUL, sito na Avenida das Forças Armadas, em Lisboa, e por meios telemáticos, através do programa Zoom (<https://videoconf-colibri.zoom.us/j/95771027349>), a vigésima segunda Assembleia Geral da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios, doravante abreviadamente referida como Associação ou como ICOMOS-Portugal, com a participação, de trinta e oito membros, conforme lista de presenças que constitui o **anexo I**, que faz parte integrante da presente acta.

A Assembleia foi convocada pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral (MAG), Maria Calado, mediante carta convocatória datada de sete de Março de dois mil e vinte e três, enviada por correio eletrónico para todos os membros e que constitui o **anexo II**, que faz parte integrante da presente acta. A convocatória desta Assembleia Geral estabelece a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Deliberação sobre o modo de votação
2. Deliberação sobre o Relatório de Atividades e o Relatório Financeiro referentes ao ano de 2022
3. Deliberação sobre a proposta de Atividades previstas e o Orçamento para 2023
4. Deliberação sobre os valores das quotas para 2024
5. Informações sobre o Fórum do Património 2022
6. Outros assuntos de interesse geral

A Presidente da MAG saudou os participantes na Assembleia Geral e agradeceu a participação de tantos sócios via Zoom.

**Ponto um** - Deliberação sobre o modo de votação - Maria Calado colocou à consideração dos participantes a autorização para a gravação da reunião, que foi aceite por unanimidade, e a forma como se efetuarão as votações que serão feitas oralmente, colocando a Presidente da MAG, no final da apresentação de cada ponto da ordem de trabalhos, as três opções: voto contra, abstenção ou voto a favor, tendo este método sido aceite por unanimidade da Assembleia. Maria João Torres Silva, membro da MAG, fez o registo dos votos no chat do programa Zoom.

**Ponto dois** - Deliberação sobre o Relatório de Atividades e o Relatório Financeiro referentes ao ano de 2022 - Maria Calado deu a palavra à Secretária-Geral do Conselho de Administração (CA), tendo Maria Fernandes apresentado as numerosas iniciativas que o ICOMOS-Portugal levou a cabo no ano passado. O Relatório de Atividades é dos mais extensos que foram escritos até agora, abrangendo ações a nível nacional e também as participações a nível internacional, incluindo conferências proferidas, pareceres técnicos, participação em grupos de trabalhos e publicações realizadas. Foram referidos os agradecimentos aos apoios institucionais nomeadamente à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, ao ISCTE-IUL e à Direção-Geral do Património Cultural.

## ACTAS

Folha 

6
---

Em seguida, o tesoureiro Miguel Brito Correia apresentou o Relatório Financeiro e salientou que o número de sócios em 2022 atingiu os 149 (dos quais 7 são jovens com menos de 30 anos, 1 quota subsidiada a uma estagiária do ICOMOS e 1 é institucional) que é o número mais elevado de sempre, desde 1980. Referiu que no ano de 2022 verificou-se um saldo negativo entre receitas e despesas do exercício no valor de 1.136,31€, mas na conta bancária a 31 de Dezembro a Associação tinha 5.686,12€, provenientes dos exercícios positivos de anos anteriores. Em 2022 houve duas despesas que foram superiores ao espectável e contribuíram para o saldo negativo: o apoio à participação na Assembleia Geral na Tailândia e os custos com a revisão dos Estatutos.

A Presidente do Conselho Fiscal Leonor Medeiros apresentou o parecer desse órgão estatutário, que é positivo face ao aumento do número de sócios e ao acréscimo das atividades. O Conselho Fiscal fez a proposta de pôr em prática formas de financiamento mais alargadas que contribuam para uma melhor solidez das finanças da Associação.

O sócio Fernando Pinho fez uma intervenção de felicitação pela abrangência e pelo impressionante número das atividades realizadas em 2022 e ofereceu-se para ajudar na angariação de patrocínios.

**Ponto três** - Deliberação sobre a proposta de Atividades previstas e o Orçamento para 2023 - Soraya Genin apresentou o plano de Atividades, que concretiza o programa apresentado para o triénio 2021-23 aprovado na AG de 27 de Março de 2021, e tem como objetivos (i) a aplicação das normas internacionais, (ii) a educação e formação em conservação do património, (iii) reforçar a ação interna e externa do ICOMOS-Portugal, (iv) a relação com a associação internacional, incluindo as Comissões Científicas Internacionais (CCI), (v) promover atividades científicas e técnicas, incluindo conferências, e (vi) assegurar a comunicação. A Presidente do CA informou que diversas iniciativas deste ano já foram realizadas, nomeadamente grupos de trabalho, e salientou que há dois portugueses na direção de órgãos internacionais: Maria José Freitas na Presidência da CCI do Património Partilhado e Xavier Romão na Vice-Presidência da CCI da Prevenção de Riscos. Soraya Genin referiu que o valor das quotas cobradas pelo Secretariado Internacional não tem em conta a realidade sócio-económica de países como Portugal, cuja quota é idêntica à da Comissão Alemã quando o Produto Interno Bruto é consideravelmente menor; para tentar acabar com esta desigualdade, Soraya Genin interveio na Assembleia Geral na Tailândia (Outubro 2022) e em reuniões do Grupo Europa (que congrega os presidentes das comissões nacionais do continente) no sentido de serem criados mais escalões do que os atuais três, de modo a refletirem realidades sócio-económicas diferentes de país para país.

A Presidente referiu que espera que a participação em diversos projetos de investigação possa vir a contribuir para maior angariação de fundos. Referiu, ainda, as parcerias com outras associações, nomeadamente o Gecorpa, e o acolhimento de estágios profissionais que têm vindo a acontecer neste triénio. Soraya Genin convidou os sócios a participar no próximo dia 18 de Abril nos eventos relacionados com o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios. Em termos de publicações, salientou a tradução para português do "European Green Paper" e em termos de Orçamento sublinhou a importância da participação na vida internacional da Associação.

## ACTAS

Folha 7

Maria José Freitas divulgou informação sobre um projeto no qual Macau teve um papel ativo e que é a Rota Marítima da Seda. Além disso, referiu que a CCI do Património Partilhado podia dinamizar com a Comissão Nacional Portuguesa um evento sobre a herança portuguesa em Macau, eventualmente fazendo uma ligação com os desafios das alterações climáticas nessa zona do mundo.

Margarida Donas Botto interveio a propósito do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios e da eventual colaboração com a CCI do Património Partilhado. Filipe Mário Lopes sugeriu que os sócios partilhem as atividades que têm desenvolvido, de modo a constarem igualmente no Relatório Anual.

Em seguida, Maria Calado colocou à votação a proposta de Atividades previstas e o Orçamento para 2023 que foram aprovados por unanimidade da Assembleia.

**Ponto quatro** - Deliberação sobre os valores das quotas para 2024 - Miguel Brito Correia informou que o Secretariado Internacional pretende alterar os valores das quotas no próximo ano, por isso sugere que as quotas aumentem de 60 euros anuais para 65 ou 70 euros a partir de 2024. Ana Paula Amendoeira interveio a propósito das quotas, manifestando-se contra o seu aumento e referindo que o que se deve alterar é o montante que a Comissão Portuguesa entrega ao internacional, até porque vivemos um tempo de inflação e não é adequado sobrecarregar os sócios com um aumento da quota. Maria João Torres Silva concordou com essa posição e acrescentou que, ao contrário de outras comissões nacionais, a portuguesa não tem apoios estatais. Esmeralda Paupério entende que não devia haver aumento do valor da quota. Soraya Genin sublinhou que o pedido de revisão do método de atribuição de quotas deve ser apresentado por escrito na próxima Assembleia Geral. Mariana Pereira referiu que há jovens sócios (e profissionais emergentes) que têm dificuldade em pagar os valores de quotas, além de que cada país aplica valores diferentes.

Maria Calado colocou à votação o aumento das quotas, independentemente do valor. Houve 24 votos contra online e 4 votos contra presenciais, pelo que a proposta de aumento de quotas foi rejeitada por maioria dos sócios. A Presidente da MAG incentivou à procura de soluções de financiamento e à intervenção junto do Secretariado Internacional para impor alguma diferenciação de valores cobrados aos vários países. Nessa linha, Miguel Brito Correia sugeriu apresentar-se uma proposta escrita à Comissão Executiva internacional (o Board) e eventualmente uma resolução à Assembleia Geral de Sydney (Austrália) que se realizará em Agosto deste ano.

Maria Calado propôs ainda um voto de louvor ao CA pelo trabalho realizado e pelos resultados alcançados, que foi aprovado por maioria, com a abstenção dos membros do próprio Conselho, como é natural.

**Ponto cinco** - Informações sobre o Fórum do Património 2022 - Vítor Córias e Silva relatou as Conclusões e Recomendações do Forum realizado em 1 de Outubro, bem como a Moção Final. Propôs que as associações de defesa do património se envolvam mais com os decisores políticos (autarquias, Governo e Assembleia da República) para sensibilizar para a salvaguarda do património, ao nível da legislação, da educação e da formação.

**Ponto seis** - Outros assuntos de interesse geral - Domingas Vasconcelos referiu que a proposta do Governo denominada "Pacote Mais Habitação", entre outras situações lesivas do património, pretende retirar o licenciamento de obras em edifícios antigos. Francisco Sousa Rio sugeriu que o património devia ter mais voz junto da opinião pública,

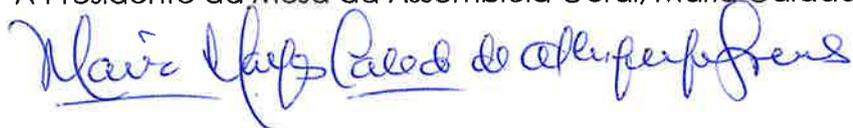
## ACTAS

Folha 8

incluindo mais formas de comunicação para o exterior. José Aguiar disse que era importante intervir na Secção de Património Arquitetónico do Conselho Nacional de Cultura, sublinhando os perigos das medidas propostas pelo Governo.

Maria Calado terminou este ponto solicitando à Assembleia um voto de confiança na redação da acta, para o qual obteve uma votação unânime. Agradecendo a participação de todos, Maria Calado congratulou-se com o dinamismo da Associação e, não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral pelas vinte horas e trinta minutos, e lavrada a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da MAG presentes na reunião.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Maria Calado



A Secretária da Mesa da Assembleia Geral, Maria João Torres Silva

